

O princípio do Estado

Mikhail Bakunine

No fundo, a conquista não é só origem – é também o fim supremo de todos os Estados: grandes ou pequenos, poderosos ou débeis, déspotas ou liberais, monárquicos ou aristocráticos, democráticos – e até socialistas (supondo-se que o ideal dos socialistas alemães, o ideal de um grande Estado comunista, alguma vez se realize). Que a conquista foi um ponto de partida de todos os Estados, antigos ou modernos, não poderá ser posto em dúvida por ninguém, visto cada página da história universal o provar suficientemente. Ninguém negará tão-pouco que os grandes Estados actuais têm por objecto, mais ou menos confessado, a conquista. Mas - dir-se-á – os Estados médios e, sobretudo, os pequenos só pensam em defender-se; seria mesmo ridículo que sonhassem com conquistas.

Por mais ridículo que pareça, é esse, todavia, o seu sonho – tal como o sonho do mais pequeno camponês proprietário reside em aumentar as suas terras em prejuízo do vizinho. Aumentar, crescer, conquistar – a todo o preço de sempre – é uma tendência fatalmente inerente a todo e qualquer Estado, qualquer que seja a sua extensão, a sua fraqueza ou a sua força: porque é uma necessidade da sua natureza. Pois que é o Estado senão a organização do Poder? Na Natureza de todo o poder está a impossibilidade de suportar um superior ou um igual, pois o Poder não tem outro objecto que não seja a dominação – e a dominação só é real quando se lhe encontra submetido tudo quanto é obstáculo. Nenhum poder tolera outro: só o faz quando a isso é obrigado, isto é, quando se sente impotente para o destruir ou derrubar. A própria noção de um poder é igual a uma negação do seu princípio e uma perpétua ameaça contra a sua existência: porque é uma manifestação e uma prova da sua impotência. Por consequência, entre todos os Estados que existem uns junto aos outros a guerra é permanente – e a sua paz não é mais do que uma trégua.

Está na natureza do Estado apresentar-se, tanto em relação a si mesmo como perante os seus súbditos, como o objecto absoluto. Servir a prosperidade do Estado, a sua grandeza, o seu poder – eis a virtude suprema do patriotismo.

O Estado não reconhece outra; tudo o que o sirva é bom, tudo o que seja contrário aos seus interesses é declarado criminoso. Tal é a moral dos Estados.

É por isso que a moral política foi sempre não só estranha como absolutamente contrária à moral humana. Essa contradição é uma consequência inevitável do seu princípio: não sendo o Estado mais do que uma parte, apresenta-se, porém, e impõe-se como o todo. Ignora o direito de tudo aquilo que, não sendo ele próprio, se encontra fora de si mesmo – e, quando pode, sem perigo, viola tal direito. O Estado é a negação da humanidade.

Haverá um direito humano e uma moral humana absolutos? Nos tempos que correm, e vendo-se o que se passa hoje na Europa, estamos forçados a colocar tal questão.

Vejamos: antes de mais, será que existe o absoluto? Será que tudo não é relativo neste mundo? No que diz respeito à moral e ao direito, aquilo a que ontem se chamava direito já não o é hoje; o que parece moral na China pode não ser considerado como tal na Europa. Deste ponto de vista, cada país, cada época, só deveriam ser julgados do ponto de vista das opiniões contemporâneas e locais – e não haveria então direito humano universal nem moral humana absoluta.

Deste modo, depois de se ter sonhado um e outro, depois de termos sido metafísicos ou cristãos, transformados hoje em positivistas, deveríamos renunciar a esse sonho magnífico para voltar a cair nas estreitezas morais da Antiguidade, que ignoram o próprio nome da humanidade, ao ponto de todos os deuses não terem sido mais do que deuses exclusivamente nacionais e acessíveis a cultos privilegiados.

Mas hoje, quando o Céu se transformou num deserto e quando todos os deuses – incluindo, naturalmente, o Jeová dos Judeus – se encontram destronados, isso seria pouco: voltaríamos a cair no materialismo crasso e brutal de Bismark, de Thiers e de Frederico II, segundo os quais, *Deus está sempre do lado dos grandes batalhões*, como disse com tanta excelência, este último. O único objecto digno de culto, o princípio de toda a moral, de todo o direito, seria a força – é essa a verdadeira religião do Estado.

Digamo-lo, porém: *não!* Por mais ateus que sejamos – e precisamente porque somos ateus – reconhecemos uma moral humana e uma direito humano

absolutos. Há, todavia, que nos entendermos sobre o significado da palavra *absolutos*. O absoluto universal, que abarca a totalidade infinita dos mundos e dos seres, não o concebemos – porque não só somos incapazes de o apreender com os nossos sentidos como não podemos sequer imaginá-lo. Toda e qualquer tentativa deste género levar-nos-ia ao vazio, tão amado pelos metafísicos, da abstracção absoluta. O absoluto de que falamos é um absoluto relativo e, em particular, relativo exclusivamente à espécie humana. Esta última está longe de ser eterna: nascida na terra, morrerá com ela – quem sabe se antes dela – dando lugar, segundo o sistema de Darwin, a uma espécie mais poderosa, mais completa, mais perfeita. Mas, enquanto existente, tem um princípio que lhe é inerente e que faz com que seja precisamente o que é – é esse princípio que constitui, em relação a ela, o absoluto. Vejamos, pois, qual é esse princípio.

De todos os seres vivos sobre a terra, o homem é, simultaneamente, o mais *social* e o mais *individualista*. É, sem contradição, também o mais *inteligente*. Há talvez animais que são mais sociais do que ele – por exemplo, as abelhas ou as formigas. Mas, pelo contrário, são tão pouco individualistas que os indivíduos que pertencem a essa espécie se encontram absolutamente absorvidos e como que aniquilados na sua sociedade; são tudo para a colectividade, nada ou quase nada para si mesmos. Parece que existe uma lei natural segundo a qual quanto mais elevada é uma espécie de animais na escala dos seres e na sua organização mais completa, mais latitude, liberdade e individualidade deixa a cada um. Os animais ferozes, que incontestavelmente ocupam o lugar mais elevado, são individualistas no maior grau.

O homem, animal feroz por excelência, é o mais individualista de todos. Mas, ao mesmo tempo – e este é um dos seus caracteres distintivos – é iminente, instintiva e fatalmente socialista. Isto é de tal modo verdadeiro que a sua própria inteligência – que o faz superior a todos os seres vivos e, de certo modo, com que seja de todos o amo – não pode desenvolver-se e chegar à consciência de si mesmo senão em sociedade e com o concurso da colectividade inteira.

E, com efeito, sabemos bem que é impossível pensar sem palavras; *fora* ou *antes* da palavra posso muito bem ter representações ou imagens das coisas, mas não pensamentos. O pensamento vive e desenvolve-se apenas com a

palavra. Pensar é, pois, falar mentalmente consigo mesmo. Mas toda a conversação supõe duas pessoas. Uma és tu – quem é a outra? É todo o mundo humano que conheces.

O homem, enquanto indivíduo animal – e como os animais de todas as outras espécies – possui desde o início, desde que começa a respirar, o sentimento da sua existência individual; só adquire, porém, a consciência reflexiva de si mesmo, consciência que constitui propriamente a sua personalidade, através da inteligência – apenas, por conseguinte, em sociedade. A vossa personalidade mais íntima, a consciência que tendes de vós próprios no vosso íntimo, não é de certo mais do que o reflexo da vossa própria imagem, repercutida e enviada de novo, como por outros tantos espelhos, pela consciência, tanto colectiva como individual, de todos os seres humanos que compõem o vosso mundo social. Cada ser humano que conheceis e com o qual vos relacionais, directa ou indirectamente determina mais ou menos o vosso ser mais íntimo, contribui para fazer aquilo que sois, para constituir a vossa personalidade. Por conseguinte se vos encontrais rodeados de escravos – ainda que sejais um amo – não deixais de ser um escravo, pois a consciência dos escravos não pode trazer-vos senão a vossa imagem envilecida. A imbecilidade de todos torna-vos imbecis, enquanto que a inteligência de todos vos ilumina e vos eleva. Os vícios do vosso meio social são os vossos vícios – e não poderíeis ser homens realmente livres sem estardes rodeados de homens igualmente livres, pois a existência de um escravo é suficiente para tornar menor a vossa liberdade. Na imortal *Declaração dos Direitos dos Homens* feita pela Convenção Nacional, encontramos expressa claramente essa sublime verdade: *a escravidão de um único ser humano é a escravidão de todos.*

Estas palavras contêm toda a moral humana – precisamente aquilo a que chamámos a *moral absoluta* –, absoluta, sem dúvida, apenas relativamente à humanidade, não em relação aos restantes seres (e menos ainda em relação à totalidade infinita dos mundos que nos é eternamente desconhecida). Encontramos esta moral humana, em gérmen, mais ou menos todos os sistemas de moral que se produziram na História, dos quais foi de certo modo como que a luz latente – luz que apenas se manifestou, entretanto, com muita frequência, através de reflexos tão incertos como imperfeitos. Tudo o que vemos de absolutamente verdadeiro, quer dizer, de humano, só a ela é devido.

E como haveria de ser de outro modo, se todos os sistemas de moral ensinados no passado reside em terem sido exclusivamente socialistas ou exclusivamente individualistas. Assim, a moral cívica, tal como nos foi transmitida pelos Gregos e pelos Romanos, foi uma moral exclusivamente socialista, no sentido em que sacrifica sempre a individualidade à colectividade (sem falarmos das miríades de escravos que constituem a base da Civilização Antiga, os quais eram tidos apenas como coisas); a individualidade do cidadão grego ou mesmo romano foi sempre patrioticamente imolada em benefício da colectividade constituída em Estado. Quando os cidadãos, cansados dessa imolação permanente, recusaram o sacrifício, as repúblicas gregas, primeiro, e as romanas, depois, foram derrubadas. O despertar do individualismo provocou morte da Antiguidade.

O individualismo encontrou a sua mais pura e completa expressão nas religiões monoteístas, no judaísmo, no maometismo e, sobretudo, no cristianismo. O Jeová dos Judeus dirige-se ainda à colectividade, pelo menos no respeitante a certas relações, visto ter um povo eleito, mas contém já todos os gérmes da moral exclusivamente individualista.

Assim haveria de ser: os deuses da Antiguidade grega e romana não foram, em última análise, mais do que os símbolos, os representantes supremos, da colectividade dividida, do Estado. Ao adorar-se-os, adorava-se o Estado – toda a moral que foi ensinada não pôde, por conseguinte, ter outro objecto que não fosse a salvação, a grandeza e a glória do Estado.

O deus dos Judeus, déspota invejoso, egoísta e vaidoso, teve bastante cuidado em não identificar e apenas misturar a sua terrível pessoa com a colectividade do seu povo eleito – eleito para lhe servir a ele mas não para que ousasse erguer-se à sua altura. Entre ele e o seu povo houve sempre um abismo. Por outro lado, não admitindo outro objecto de adoração que não fosse ele próprio, não podia suportar o culto ao Estado. Por conseguinte, dos Judeus – tanto colectiva como individualmente – apenas exigiu, sempre, sacrifícios para si mesmo, nunca para a colectividade ou para a grandeza e glória do Estado.

Além disso, os mandamentos de Jeová, tal como nos foram transmitidos pelo Decálogo, dirigem-se quase exclusivamente ao indivíduo; só constituem excepção aqueles mandamentos cuja execução supera as forças do indivíduo e exige de todos o concurso. Por exemplo: a ordem – tão singularmente

humana – que incita os Judeus a extirpar até ao último (incluindo as mulheres e as crianças) todos os pagãos que encontrem na Terra Prometida, ordem verdadeiramente digna do pai da nossa santa trindade cristã – que se distingue, como é sabido, pelo seu amor exuberante por esta pobre espécie humana.

Todos os outros mandamentos se dirigem apenas ao indivíduo: *não matarás* (exceptuados os casos, muito frequentes em que eu próprio te o ordene – deveria Jeová ter acrescentado); *não roubarás a propriedade nem a mulher alheias* (sendo esta última também considerada como propriedade); *respeitarás os teus pais*. Mas, sobretudo, adorar-me-ás a mim – deus invejoso, egoísta, vaidoso e terrível; e, se não quiseses ser atingido pela minha cólera, cantar-me-ás loas e prostrar-te-ás eternamente perante mim.

No maometanismo não existe nem sombra do colectivismo nacional e restrito que domina nas religiões antigas e de que se encontram sempre débeis restos até mesmo no culto judaico. O Corão não conhece nenhum povo eleito; todos os crentes, a qualquer nação ou comunidade que pertençam, são individualmente e não colectivamente eleitos de Deus. Deste modo, os califas, sucessores de Maomé chamar-se-ão sempre chefes dos crentes.

Nenhuma religião, porém, levou nunca tão longe o culto do individualismo como a religião cristã. Perante as ameaças do Inferno e as promessas inteiramente individuais do Paraíso, acompanhadas por essa terrível declaração que diz *sobre os muitos que serão chamados muito poucos serão os eleitos*, a religião cristã provocou uma desordem, um geral salve-se quem puder – uma espécie de corrida apostada em que cada qual era estimulado apenas por uma única preocupação: a de salvar a sua própria alminha. É fácil compreender que uma tal religião tenha podido e devido dar um golpe de misericórdia à Civilização Antiga – fundada exclusivamente no culto da colectividade, da pátria, do Estado –, dissolvendo todos os seus organismos, sobretudo numa época em que morria já de velhice. O individualismo – quão poderoso dissolvente ele é! Temos disso a prova no actual mundo burguês.

A nosso ver – isto é, segundo o nosso ponto de vista da moral humana –, todas as religiões monoteístas (mas sobretudo a religião cristã, a mais completa e a mais conseqüente de todas) são profundamente, essencial e principalmente imorais: ao criarem o seu deus proclamaram a decadência de todos os homens, dos quais só admitem a solidariedade no pecado. E, ao apresentarem o princípio da salvação exclusivamente individual. Renegaram

e destruíram, tanto quanto lhes foi possível, a colectividade humana – isto é, o princípio mesmo da humanidade. Não é estranho que se tenha atribuído ao cristianismo a honra de ter criado a ideia da humanidade, de que foi, pelo contrário, o mais completo negador – o mais completo e o mais absoluto. Sob um aspecto pôde reivindicar esta honra, mas apenas sob um aspecto: o de ter para isso contribuído de uma maneira negativa, cooperando poderosamente para a destruição das colectividades restritas e parciais da Antiguidade, apressando a decadência natural das pátrias e das cidades que, tendo-se divinizado nos seus deuses, formavam um obstáculo à constituição da humanidade. Mas é absolutamente falso dizer-se que o cristianismo alguma vez tenha tido o pensamento de constituir esta última ou que tenha compreendido (ou sequer pressentido) o que chamamos hoje a solidariedade dos homens, ou a humanidade – que é uma ideia completamente moderna, entrevista pelo Renascimento mas concebida e anunciada de uma maneira clara e precisa apenas no século XVIII.

O cristianismo nada tem a ver com a humanidade pela simples razão de ter como objecto único a divindade – uma exclui a outra. A ideia da humanidade baseia-se na solidariedade inevitável, natural, de todos os homens. O cristianismo, como dissemos, só no pecado reconhece essa solidariedade, afastando-o absolutamente na salvação – no reino desse deus que, entre muitos que serão *chamados*, só poucos eleitos gracia, e em cuja justiça *adorável* – levado, sem dúvida, por esse amor infinito que o distingue – antes mesmo de os homens terem nascido sobre a terra havia condenado a imensa maioria aos sofrimentos eternos do Inferno (e isso para os castigar por um pecado cometido, não por eles próprios, mas pelos seus primórdios antepassados, que se viram obrigados a cometê-lo – o pecado de desmentir a presciência divina).

Tal é a lógica sã e a base de toda a moral cristã. Que têm a haver com a lógica e a moral humanas?

Em vão se esforçarão por nos provar que o cristianismo reconhece a solidariedade dos homens, citando-nos fórmulas do Evangelho que parecem predizer o advento de um dia em que haverá mais do que um pastor e um só rebanho; em que se nos mostrará a Igreja católica romana, que incessantemente tende para a realização desse fim através da submissão do mundo inteiro ao governo do Papa. A transformação da humanidade inteira num rebanho, assim como a realização (felizmente impossível) dessa monarquia universal e divina, não tem absolutamente nada a ver com o

princípio da solidariedade humana, que é a única coisa a que chamamos humanidade. Não há nem sombra dessa solidariedade na sociedade com que sonham os cristãos e na qual nada se é pela graça dos homens, tudo se sendo pela graça de Deus, verdadeiro rebanho de carneiros desagregados e que não têm nem devem ter nenhuma relação imediata e natural entre si – ao ponto de lhes ser proibido unir-se para a reprodução da espécie sem a permissão ou a bênção do seu pastor, pois só o sacerdote tem direito a casá-los em nome desse deus que forma o único rasgo de uma união legítima entre eles – separados fora de Deus, os cristãos não se unem nem podem unir-se senão nele. Fora dessa sanção divina todas as relações humanas, incluindo os laços de família, são atingidas pela maldição geral que afecta a criação. A ternura dos pais, dos esposos ou dos filhos é reprovada; é reprovada a amizade baseada na simpatia e na estima recíprocas; são reprovados o amor e o respeito dos homens, a paixão do verdadeiro, do justo e do bom, da liberdade; é reprovada a maior de todas as paixões, a que implica todas as outras: a paixão da humanidade. Tudo isto é amaldiçoado e só pela graça de Deus poderia ser reabilitado. Todas as relações de homem para homem devem ser santificadas pela intervenção divina; mas esta intervenção desnaturaliza-as, desmoraliza-as – destrói-as. O divino mata o humano; todo o culto cristão consiste propriamente nessa imolação perpétua do humano em honra da divindade.

Não vale a pena objectar-se que o cristianismo ordena às crianças que amem os seus pais, os pais que amem os seus filhos, os esposos que se afeiçoem mutuamente. Ordena-lhes isso, de facto – mas não lhes permite amarem-se imediata e naturalmente, por si próprios; apenas em Deus e por Deus. Não admite todas essas relações senão com a condição de que Deus se encontre nelas como terceiro; e este terceiro mata as uniões. O amor divino aniquila o amor humano. É verdade que o cristianismo ordena que se ame o próximo tanto como a si próprio; mas ordena, ao mesmo tempo, que se ame a Deus mais do que a si próprio – e, por conseguinte, mais, também, do que o próximo. O que quer dizer: sacrificar a Deus o próximo para a nossa salvação – porque, feitas as contas, o cristão só adora Deus para salvar a sua alma.

Aceitando-se Deus, tudo isto é rigorosamente consequente: Deus é o infinito, o absoluto, o eterno, o omnipresente; o homem é o finito, o impotente. Em comparação com Deus, sob todos os aspectos, não é coisa alguma. Só o divino é justo, verdadeiro, ditoso e bom, e tudo o que é humano no homem deve ser por isso mesmo declarado falso, iníquo, detestável e miserável. O contacto da divindade com essa pobre humanidade deve, pois,

necessariamente, devorar, consumir e aniquilar tudo o que resta de humano nos homens.

A intervenção divina nos assuntos humanos nunca deixou de produzir efeitos excessivamente desastrosos. Perverte todas as relações dos homens entre si e substitui a sua solidariedade natural por uma prática hipócrita e malsã das comunidades religiosas, nas quais, sob a aparência da caridade, cada qual apenas pensa na salvação da sua própria alma – produzindo, assim, sob o pretexto do amor divino, o egoísmo humano excessivamente refinado, cheio de afecto por si mesmo e de indiferença, de malevolência e até de crueldade pelo próximo. Isso explica, bem entendido, a aliança íntima que sempre existiu entre o carrasco e o sacerdote, aliança francamente confessada pelo célebre campeão do *ultramontanismo*, Joseph de Maistre, cuja pena eloquente, depois de ter divinizado o Papa, não deixou de reabilitar o carrasco; um era, com efeito, complementar do outro.

Mas não é só na Igreja católica que existe e se produz esse afecto excessivo de carrasco. Pois não protestaram unicamente, em nossos dias, os ministros sinceramente religiosos e crentes dos diferentes cultos protestantes contra a abolição da pena de morte. Não há dúvida de que, de facto, o amor divino mata o amor dos homens nos espíritos por ele penetrados. Não há igualmente dúvida de que todos os cultos religiosos em geral – mas sobretudo o cristianismo – jamais tiveram outro objecto que não fosse o sacrifício dos homens aos deuses. E entre todas as divindades de que nos fala a História alguma haverá que tenha feito verter tantas lágrimas e tanto sangue como esse bom deus dos cristãos? Que tenha pervertido a tal ponto as inteligências, os espíritos, e todas as relações dos homens entre si?

Sob esta influência doentia o espírito eclipsou-se e a ardente investigação da verdade transformou-se num culto complacente da mentira; a dignidade humana envilecia-se, o homem [*uma palavra ilegível no original*] convertia-se em traidor, a bondade cruel, a justiça iníqua e o respeito humano transformavam-se num desprezo crente pelos homens; o instinto da liberdade terminou com o estabelecimento da servidão e o da igualdade com a sanção dos mais monstruosos privilégios. A caridade, ao transformar-se em delatora e perseguidora, ordenou o massacre dos heréticos e as sangrentas orgias da Inquisição; o homem religioso chamou-se jesuíta, devoto e piedoso – renunciando à humanidade encaminhando-se para a santidade –, e o santo, sob as aparências de uma humanidade mais [*uma palavra ilegível no original*], tornou-se hipócrita, e, com a caridade, escondeu o orgulho e o

egoísmo imenso de um eu humano absolutamente afastado do humano, que se ama a si mesmo no seu deus. Porque não podemos enganar-nos: aquilo que o homem religioso sobretudo procura e crê encontrar na divindade que ama, e ele próprio, mas glorificado, investido pela onipotência – e imortalizado. Disso também extraiu ele, o homem religioso, com basta frequência, pretextos e instrumentos para submeter e para explorar o mundo humano.

Está aí, pois, a primeira palavra do culto cristão: é a exaltação do egoísmo, que, ao romper toda a solidariedade social, se ama a si mesmo no seu deus e se impõe à massa ignorante dos homens em nome desse deus – isto é, em nome do seu eu humano, consciente e inconscientemente exaltado e divinizado por ele próprio. É por isso também que os homens religiosos são normalmente tão ferozes – ao defenderem o seu deus tomam partido pelo seu egoísmo, pelo seu orgulho, pela sua vaidade.

De tudo isto resulta que o cristianismo é a negação mais decisiva e mais completa de toda a solidariedade entre os homens – isto é, da sociedade – e, por conseguinte, também da moral, visto que fora da sociedade (creio tê-lo demonstrado) não ficam mais que relações religiosos do homem solitário com o seu deus – quer dizer, consigo mesmo.

Os metafísicos modernos, a partir do século XVII, trataram de restabelecer a moral, fundando-a, não em Deus, mas no homem. Mas, por pouca sorte, obedecendo às tendências do seu século, como ponto de partida tomaram não o homem social, vivo e real, que é o duplo produto da natureza e da sociedade, mas apenas o eu abstracto do indivíduo, à margem de todos os seus laços naturais e sociais, aquele mesmo que o egoísmo cristão divinizou e a quem todas as igrejas, tanto católicas como protestantes, adoram como seu deus.

Como nasceu o deus único dos monoteístas? Pela eliminação necessária de todos os seres reais e vivos.

Para explicar o que por isso entendemos é necessário dizer alguma coisa sobre a religião. Não quereríamos falar dela, mas nos tempos que correm é impossível tratar de questões políticas e sociais sem tocar na questão religiosa.

Pretende-se erroneamente, que o sentido religioso só é próprio dos homens. Erroneamente, pois todos os elementos constitutivos da religião se encontram perfeitamente no reino animal – sendo o principal destes elementos o medo. «O temor a Deus – dizem os teólogos – é o começo da sabedoria». Ora, precisamente, não se encontra esse temor excessivamente desenvolvido em todos os animais constantemente amedrontados? É verdade que todos possuem um terror instintivo perante a onnipotência que os produz, que os cria, que os nutre – mas que, ao mesmo tempo, os envolve por todos os lados, os ameaça na sua existência a todo o momento e sempre acaba por os matar. Como os animais de todas as outras espécies não têm o poder de abstracção e de generalização de que só os humanos estão dotados, não se representam a totalidade dos seres a que chamamos Natureza, se bem que a sintam e a temam. É esse o verdadeiro começo do sentimento religioso. Não falta sequer, àqueles seres, a adoração. Sem falar do sentimento de alegria que experimentam todos os seres vivos perante o despontar do Sol, ou dos seus gemidos perante a aproximação de uma dessas terríveis catástrofes naturais que os destroem aos milhares. Basta, de resto, considerar-se, por exemplo, a atitude de um cão em presença do dono: não está nela, inteiramente, a do homem perante Deus?

O homem também não começou pela generalização dos fenómenos naturais, só chegando à concepção da natureza como ser único depois de muitos séculos de desenvolvimento moral. O homem primitivo, o selvagem, pouco diferente do macaco, compartilhou sem dúvida durante muito tempo todas as sensações e representações instintivas do macaco; só muito mais tarde começou a fazer delas objecto das suas reflexões – primeiro necessariamente infantis –, a dar-lhes um nome e, por isso mesmo, a fixá-las no seu espírito nascente.

Foi assim, tal como tomou corpo o sentimento religioso que o homem tinha em comum com os animais das outras espécies, que se transformou numa representação permanente e no começo de uma ideia – a da existência oculta de um ser maior e mais poderoso do que ele, geralmente muito cruel e fator de males – o ser que lhe causou medo. Numa palavra, o seu deus.

Tal foi o primeiro deus, tão rudimentar, na verdade, que o selvagem que por toda a parte o procura para o conjurar crê encontrá-lo num troço de madeira, num trapo, num osso ou numa pedra. Foi a época do *feiticismo*, de que ainda encontramos vestígios no catolicismo. E foram ainda, sem dúvida, necessários séculos para que o homem selvagem passasse do culto dos feitiços

inanimados ao dos feitiços vivos, os *bruxos*. Atinge este último culto através de uma larga série de experiências e procedendo a eliminações: não encontrando a potência temível, que queria conjurar, nos feitiços, procura-a no homem-deus, no *bruxo*. Mais tarde e sempre através desse mesmo procedimento da eliminação e fazendo abstracção do bruxo dos feitiços de quem, por fim, a experiência lhe demonstrou a impotência – o selvagem adorou sucessivamente todos os fenómenos mais grandiosos e terríveis da Natureza: a tempestade, o trovão, o vento. E, continuando assim, de eliminação em eliminação, ascendeu finalmente ao culto do Sol e dos planetas – cuja criação parece pertencer aos povos pagãos.

Isto constituía já um grande progresso. Quanto mais se afastava do homem a divindade – isto é, a potência que provoca medo – mais respeitável e grandiosa parecia. Só faltava agora dar um grande passo para o estabelecimento definitivo do mundo religioso – e esse foi a adoração de uma *divindade invisível*. Até ao *salto mortal* da adoração do visível à adoração do invisível, os animais das outras espécies tinham podido, com rigor, acompanhar o seu irmão mais novo, o homem, em todas as suas experiências teológicas. Mas eles também adoram à sua maneira os fenómenos da Natureza. Não sabemos o que podem experimentar em relação a outros planetas; mas estamos certos de que a Lua, o Sol, exercem sobre eles uma muito sensível influência. A divindade invisível, porém, só pelo homem pôde ser inventada.

Através de que procedimento, porém, pôde o homem descobrir esse ser invisível, cuja existência real nenhum dos seus sentidos nem a sua vida poderão ajudá-lo a comprovar e por meio de que artifício pôde reconhecer a sua natureza e as suas qualidades? Qual é, finalmente esse suposto ser absoluto e que o homem julgou encontrar-se por cima e fora de todas as coisas?

O procedimento não foi outro senão essa operação bem conhecida do espírito a que chamamos abstracção ou eliminação; e o resultado final dessa operação não pode ser mais que do que a abstracção do absoluto, o nada. E é precisamente esse nada aquilo que o homem adora como seu deus. Elevando-se através do seu espíritos sobre todas as coisas reais, incluindo o seu próprio corpo, fazendo abstracção de tudo o que é sensível ou mesmo visível, inclusive o firmamento com todas as estrelas, o homem encontra-se frente ao vazio absoluto, ao nada indeterminado, infinito, sem qualquer conteúdo, sem nenhum limite. Nesse vazio, o espírito do homem, que o produziu por meio

da eliminação de todas as coisas, não pôde encontrar necessariamente mais do que ele próprio em estado de potência abstracta; vendo tudo destruído e não tendo já nada para eliminar, volta a cair sobre si numa inacção absoluta. E considerando-se nessa completa inacção um ser diferente de si, apresenta-se como o seu próprio deus – e adora-se.

Deus não é, pois, mais do que o eu humano absolutamente vazio por força de abstracção ou de eliminação de tudo o que é real e vivo. Precisamente desse modo o concebeu Buda, que de todos os reveladores religiosos foi certamente o mais profundo, o mais sincero, o mais verdadeiro. Só que Buda não sabia e não podia saber que era o próprio espírito humano o criador desse deus-nada. Só em finais do século passado começou a humanidade a entendê-lo. E só no nosso século, graças aos estudos muito mais profundos sobre a Natureza e sobre as operações do espírito humano, se chegou a dar conta completa disso.

Quando o espírito humano acreditou em Deus, procedeu com a mais completa ingenuidade; e, sem o saber, pôde adorar-se no seu deus-nada. Não podia, naturalmente, deter-se perante esse nada que ele próprio tinha feito – precisava a todo o preço de o atingir e fazê-lo voltar à terra, à realidade vivente. Chegou a esse fim sempre com a mesma ingenuidade e pelo procedimento mais natural e simples. Depois de ter divinizado o seu próprio eu nesse estado de abstracção ou de vazio absoluto, prostrou-se perante ele, adorou-o e proclamou-o a causa e o autor de todas as coisas. Foi esse o começo da teologia.

Deus, o nada-absoluto, foi proclamado o único ser vivo, poderoso e real, e o mundo vivente e, por consequência necessária, a Natureza, todas as coisas efectivamente reais e viventes, ao serem comparadas com esse deus, foram declaradas nulas. É próprio da teologia fazer do nada o real e do real o nada.

Procedendo sempre com a mesma ingenuidade e sem ter a menor consciência do que fazia, o homem utilizou um meio simultaneamente muito engenhoso e muito natural para preencher o vazio espantoso da sua divindade: atribuiu-lhe simplesmente, exagerando-as sempre até proporções monstruosas, todas as acções, todas as forças, todas as qualidades e propriedades, boas ou más, benéficas ou maléficas, que encontrou, tanto na Natureza como na sociedade. Foi assim que a Terra, entregue ao saque, se empobreceu em proveito do Céu, que se enriqueceu com os seus despojos. Resultou disto que quanto mais

se enriqueceu o Céu – a habitação da divindade – mais miserável se tornou a Terra; e bastava que uma coisa fosse adorada no Céu para que precisamente o contrário de essa coisa se encontrasse realizada neste baixo mundo. É aquilo a que se chama as ficções religiosas; a cada uma dessas ficções corresponde, como se sabe perfeitamente, alguma monstruosa realidade. Assim, o amor celeste nunca teve outro efeito senão o ódio terrestre, a bondade divina não produziu senão o mal, e a liberdade de Deus significa a escravidão sobre a terra. Logo veremos que o mesmo acontece com todas as ficções políticas e jurídicas, pois umas e outras são, além do mais, consequências ou transformações da ficção religiosa.

A divindade assumiu de repente esse carácter absolutamente maléfico. Nas religiões panteístas do Oriente, no culto dos brâmanes e no dos sacerdotes do Egipto, tanto como nas crenças fenícias e sírias, apresenta-se já sob um bem terrível aspecto. O Oriente foi de todos os tempos e é ainda hoje, pelo menos em certa medida, a pátria da divindade despótica, destruidora e feroz, negação do espírito da humanidade. Essa é também a pátria dos escravos, dos monarcas absolutos e das castas. Na Grécia a divindade humaniza-se (a sua unidade misteriosa, reconhecida no Oriente apenas pelos sacerdotes, o seu carácter atroz e sombrio, são relegados pela mitologia helénica), ao panteísmo sucede o politeísmo. O Olimpo, imagem da federação das cidades gregas é uma espécie de república muito debilmente governada pelo pai dos deuses, Júpiter, que obedece ele próprio aos decretos do destino.

O destino é impessoal – é a própria fatalidade, a força irresistível das coisas, perante a qual tudo deve inclinar-se, homens e deuses. Além disso, entre esses deuses, criados pelos poetas, nenhum é absoluto; cada um representa apenas um aspecto, uma parte, quer do homem, quer da Natureza em geral, sem deixarem de ser por isso seres concretos e vivos. Completam-se mutuamente e formam um conjunto muito vivo, muito grácil e, sobretudo, muito humano. Nada de sombrio nessa religião, cuja teologia foi inventada pelos poetas, acrescentando cada qual livremente algum deus ou alguma deusa novos, segundo as necessidades das cidades gregas, cada uma das quais se honrava com a sua divindade tutelar, representante do seu espírito colectivo. Essa foi a religião, não dos indivíduos mas da colectividade dos cidadãos de tantas pátrias restringidas e [*a primeira parte de uma palavra ilegível*] ...mente livres, associadas, por outro lado, entre si, mais ou menos por uma espécie de federação imperfeitamente organizada e muito [*uma palavra ilegível*].

De todos os cultos religiosos que nos mostra a História foi esse certamente o menos teológico, o menos sério, o menos divino e, em virtude disso, o menos nocivo – o que estorvou menos o livre desenvolvimento da sociedade humana. A pluralidade dos deuses mais ou menos iguais em poder era uma garantia contra o absolutismo; sendo-se perseguido por uns, podia-se procurar a protecção dos outros, e o mal causado por um deus encontrava a sua compensação no bem produzido por outro. Não existia, pois, na mitologia grega, essa contradição lógica e moralmente monstruosa do bem e do mal, da beleza e da fealdade, da bondade e da maldade, do amor e do ódio concentrados numa única e mesma pessoa, como acontece fatalmente no deus do monoteísmo.

Essa monstruosidade encontramos-la completamente activa no deus dos Judeus e dos cristãos. Era uma consequência necessária da unidade divina; e, com efeito, uma vez admitida essa unidade, como explicar a coexistência do bem e do mal? Os antigos Persas tinham imaginado pelo menos dois deuses: um, o da luz e do bem, Ormuzd; o outro, o do mal e das trevas, Ahriman. Era então natural que se combatessem, como se combatem e sucessivamente triunfam o bem e o mal na Natureza e na sociedade. Mas como explicar que um só deus, onipotente, todo ele verdade, amor e beleza, tenha podido dar nascença ao mal, ao ódio, à fealdade, à mentira? Para resolver esta contradição os teólogos judeus e cristãos recorrem às invenções mais repulsivas e mais insensatas. Primeiro, atribuíram todo o mal a Satanás. Mas de onde provém Satanás? É, como Ahriman, o igual de Deus? De modo nenhum – tal como o resto da criação, é obra de Deus. Por conseguinte, esse deus foi o produtor do mal. Não, respondem os teólogos: Satanás foi, primeiro, um anjo de luz, e foi depois da sua revolta contra Deus que se tornou anjo das trevas. Mas se a revolta é um mal – coisa a considerar com muito cuidado, já que, pelo nosso lado, cremos, pelo contrário, ser um bem, visto que sem ela nunca teria havido emancipação social –, se a revolta constitui um crime, quem criou a possibilidade desse mal? Deus, sem dúvida, nos responderão ainda os mesmos teólogos – mas só tornou possível o mal para deixar aos anjos e aos homens o livre arbítrio. E que é o livre arbítrio? É a faculdade de escolher entre o bem e o mal, de optar espontaneamente por um por outro. Mas para que os anjos e os homens tenham podido escolher o mal, para que tenham podido decidir-se pelo mal, é preciso que o mal tenha existido independentemente deles – e quem pôde dar-lhe essa existência senão Deus?

Pretendem também os teólogos que depois da queda de Satanás – que precedeu a do homem – Deus, sem dúvida esclarecido por essa experiência, não querendo que outros anjos seguissem o exemplo de Satanás, privou-os do livre arbítrio, não lhes deixando mais do que a faculdade do bem, de forma que depois são forçosamente virtuosos e não imaginam outra felicidade que não seja a de servirem eternamente como criados desse terrível senhor.

Mas parece que Deus não foi suficientemente esclarecido pela sua primeira experiência, visto que após a queda de Satanás criou o homem e, por cegueira ou maldade, não deixou de lhe conceder esse dom fatal do livre arbítrio que levava à perda de Satanás e que deveria também levar à perda do homem.

A queda do homem, tal como a de Satanás, era fatal, visto ter sido determinada deste a eternidade pela presciência divina. Além disso, sem remontar tão longe, permitir-nos-emos observar que a simples experiência de um honesto pai de família deveria ter impedido ao bom deus submeter esses desgraçados primeiros homens à famosa tentação. O mais simples pai de família sabe muito bem que basta que se impeçam as crianças de tocar numa coisa para que um invencível instinto de curiosidade as force absolutamente a fazê-lo. Por conseguinte, se ama os filhos e se é realmente justo e bom, evitar-lhes-á essa prova tão inútil como cruel.

Deus não teve essa razão nem essa bondade, nem essa [*uma palavra ilegível*] e, embora soubesse de antemão que Adão e Eva sucumbiriam à tentação, quando o pecado é cometido ei-lo que se deixa levar por um furor verdadeiramente divino. Não se contenta em amaldiçoar nos desgraçados a desobediência – amaldiçoa toda a sua descendência até ao fim dos séculos, condenando milhares de homens que seriam evidentemente inocentes (visto que nem sequer tinham nascido quando se cometeu o pecado) aos tormentos do Inferno. Não se contentou em amaldiçoar os homens; amaldiçoou, com eles, toda a Natureza, sua própria criação, que ele próprio havia encontrado tão bem feita.

Se um pai de família tivesse procedido deste modo não se o teria declarado louco varrido? Como se atreveram os teólogos a atribuir ao seu deus o que teriam considerado absurdo, cruel [*uma palavra ilegível*], anormal, da parte de um homem? A verdade é que tiveram a necessidade desse absurdo. Pois como poderiam ter explicado a existência do mal neste mundo – neste

mundo que deveria ter saído perfeito das mãos de um tão perfeito obreiro, neste mundo criado pelo próprio Deus?

Mas uma vez admitida a queda, todas as dificuldades se aplanam e se explicam; é pelo menos, o que pretendem os teólogos. A Natureza, primeiramente perfeita, torna-se de repente imperfeita, toda a máquina se decompõe – à harmonia primitiva sucede o choque desordenado das forças; a paz que reinava ao princípio entre todas as espécies animais dá lugar a uma carnificina espantosa, ao devoramento mútuo. E o homem, o rei da Natureza, ultrapassa-a em ferocidade. A terra converte-se num vale de sangue e lágrimas e a lei de Darwin – a luta desapiedada pela existência – triunfa na Natureza e na sociedade. O mal passa por cima do bem, Satanás afoga Deus.

E uma tal inépcia, uma tão ridícula fábula – ridícula e repulsiva, monstruosa – pôde ser seriamente repetida por grandes doutores em teologia durante mais de quinze séculos! Que digo? É-o ainda! Mais: é oficial e obrigatoriamente ensinada em todas as escolas da Europa. Que há que pensar, pois, da espécie humana depois disto? E não têm mil vezes razão os que pretendem que demonstramos ainda hoje o nosso próximo parentesco com o macaco?

Mas o espírito [*uma palavra ilegível*] dos teólogos cristãos não se detém nisso. Na queda do homem e nas suas consequências desastrosas, tanto pela sua natureza como por si mesmo, adoraram a manifestação da justiça divina. Depois recordaram que Deus não era só justiça como era também o amor absoluto e, para conciliar uma coisa com a outra, eis que aqui o inventaram:

Depois de ter deixado essa pobre humanidade durante milhares de anos debaixo do golpe da sua terrível maldição, que teve como consequência a condenação de alguns milhares de seres humanos à tortura eterna, sentiu despertar o amor no seu seio – e que fez? Retirou do Inferno os desditosos torturados? Não, de modo nenhum – isso teria sido contrário à sua eterna justiça. Mas tinha um filho único; como e porque o tinha é um desses mistérios profundos que os teólogos, que o produziram, declaram impenetrável, o que é uma maneira naturalmente cómoda de sair do assunto e de resolver todas as dificuldades. Por conseguinte, esse pai cheio de amor decide, na sua suprema sabedoria, enviar o seu único filho à Terra, a fim de se fazer matar pelos homens, para salvar, não as gerações passadas, nem sequer as do futuro, mas, entre as últimas – como declara o próprio

Evangelho e como o repetem todos os dias tanto a Igreja católica como a protestante – apenas um muito limitado número de eleitos.

E agora a maratona está aberta; é como dissemos antes, uma espécie de corrida de aposta, um salve-se quem puder, pela salvação da alma. Aqui, os católicos e os protestantes dividem-se: os primeiros pretendem que não se entra no Paraíso senão com a autorização especial do santo padre, o Papa; os protestantes afirmam, por seu lado, que a directa e imediata graça do bom deus é a única que as portas abre. Esta grave disputa continua ainda hoje; pelo nosso lado não tencionamos meter-nos nela.

Resumamos em poucas palavras a doutrina cristã: há um deus, ser absoluto, eterno, infinito, onnipotente. É a omnisapiência, a verdade, a justiça, a beleza e a felicidade, o amor e o bem absolutos. Nele tudo é infinitamente grande; fora dele encontra-se o nada. É feitas as contas, o ser supremo, o ser único.

Mas eis que do nada Deus criou o Mundo – do nada que por isso mesmo parece ter tido uma existência à parte, fora dele, o que implica uma contradição e um absurdo, visto que se Deus existe em todas as partes e com o seu ser preenche o espaço infinito do nada, nem sequer o próprio pode existir fora dele, o que faz crer que o nada de que nos fala *A Bíblia* se encontrava em Deus, isto é, que o próprio ser divino era o nada.

Aqui se põe, por si própria, uma questão: a criação foi realizada desde a eternidade ou num dado momento da eternidade? No primeiro caso é eterna como o próprio Deus e não pôde ter sido criada nem por Deus nem por ninguém; porque a ideia da criação implica a precedência do criador em relação à criatura. Como todas as ideias teológicas, a ideia da criação é uma ideia inteiramente humana, tomada na prática da sociedade humana. Assim, o relojoeiro cria um relógio, o arquitecto uma casa, etc. Em todos estes casos o produtor existe ao criar (?) o produto; fora do produto é isso o que constitui essencialmente a imperfeição – o carácter relativo e, por assim dizer, dependente, tanto do produtor como do produto. Mas a teologia, como de resto sempre faz, apanhou essa ideia e esse facto inteiramente humanos da produção e, ao aplicá-los ao seu deus, ao estendê-los até ao infinito e ao fazê-los sair por isso mesmo das suas proporções naturais, formou uma fantasia tão monstruosa como absurda. Por conseguinte, se a criação é eterna, não é criação. O mundo não foi criado por Deus, por conseguinte tem uma existência e um desenvolvimentos independentes dele (a eternidade do

mundo é a negação do próprio Deus), visto que Deus era essencialmente o Deus criador.

Portanto, o Mundo não é eterno; houve uma época na eternidade em que não existia. Por consequência, houve toda uma eternidade durante a qual o deus absoluto, onnipotente, infinito, não foi um deus criador, ou só potencialmente, não de facto.

Porque não o foi? Por um capricho seu ou porque tinha necessidade de se desenvolver para chegar a potência efectivamente criadora? Os teólogos dizem: isso são mistérios insondáveis. Ao que respondemos: são absurdidades imaginadas por vós próprios. Começais por inventar o absurdo, depois fazeis-nos dele a imposição como mistério divino, insondável e tanto mais profundo quanto mais absurdo. É sempre o mesmo procedimento: *Credo quia adsurdum*.

Outra questão: a criação, tal como saiu das mãos de Deus, foi perfeita? Se não o foi não podia ser criação de Deus, porque o obreiro – é o próprio Evangelho que o diz – julga-se segundo o grau de perfeição da sua obra. Uma criação imperfeita suporia necessariamente um criador imperfeito. Portanto, a criação foi perfeita. Mas, se o foi, não pôde ter sido criada por ninguém, porque a ideia da criação absoluta exclui toda a ideia de dependência ou de relação. Fora dela não poderia existir nada. Se o Mundo é perfeito Deus não pode existir.

A criação, responderão os teólogos, foi sem dúvida perfeita, mas só pela relação a tudo o que a Natureza ou os homens podem produzir, não pela relação com Deus. Foi perfeita, sem dúvida, mas não perfeita como Deus.

Responder-lhes-emos de novo que a ideia de perfeição não admite graus, como não o admitem a ideia de infinito nem a de absoluto. Não pode tratar-se de um mais ou menos. A perfeição é uma. Portanto, se a criação foi menos perfeita do que o criador, foi imperfeita. E então voltaremos a dizer que Deus, criador de um mundo imperfeito, não é mais do que um criador imperfeito, o que equivale à negação de Deus.

Vê-se que de todas as maneiras a existência de Deus é incompatível com a do Mundo. Se existe Mundo, Deus não pode existir. Passemos a outra coisa.

Esse deus perfeito cria um mundo mais ou menos imperfeito. Cria-o num dado momento da eternidade, por capricho e, sem dúvida, para combater o fastio da sua majestosa solidão. De outro modo para que o teria criado?

Mistérios insondáveis!, gritar-nos-ão os teólogos. Parvoíces insuportáveis, responderemos nós.

Mas a própria *Bíblia* nos explica os motivos da criação. Deus é um ser essencialmente vaidoso, criou o Céu e a Terra para ser adorado por eles. Outros pretendem que a criação foi o efeito do seu amor infinito. Em relação a quem? Em relação a um mundo, em relação a seres que não existiam ou que não existiam ao princípio senão na sua ideia, quer dizer, sempre para sim mesmo? [*o fim deste manuscrito – se foi escrito – não foi encontrado*].

Extraído de Deus e o Estado, Assírio e Alvim, 1976 (tradução de Júlio Henriques).